



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Sua Excelência. o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência
S/431/2021

S/Comunicação
08/02/2021

N/Referência
SE/2021/345

Data
19/03/2021

ASSUNTO: Requerimento n.º 49/XII-PSD- Orla Costeira em frente à igreja e cemitério da Feteira (Faial), fora da recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo

Excelência,

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Ferreira do grupo parlamentar do Partido PSD/Açores, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, cumpre-me informar V. Exa., relativamente às questões colocadas o seguinte:

- 1- O XIII Governo tem informação de que no final de 2020, o departamento do XII Governo Regional com competências em matéria de orla costeira teve conhecimento da situação descrita, por alerta do proprietário de um terreno localizado na zona referenciada no requerimento em apreço.
- 2- Confirma-se que a situação no mesmo identificada, não foi contemplada no levantamento realizado e transmitido ao XIII Governo. Mais se informa que, segundo informações dadas pelos serviços, a listagem dos estragos provocados pela passagem do furacão Lorenzo foi efetuada em estreita colaboração com as câmaras municipais e com as juntas de freguesias, cujos serviços operacionais procederam à identificação e comunicação de todas as situações anómalas. Ao que o XIII Governo conseguiu apurar, a Junta de Freguesia da Feteira terá remetido a informação para a Direção Regional do Ambiente, não tendo chegado qualquer informação ao departamento com competências em matéria do ordenamento e gestão da orla costeira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

3- O Governo dos Açores aferirá todas as possibilidades que venham a ser consideradas possíveis à disponibilização de recursos financeiros, cuja aplicação se mostre necessária e fundamentada.

Da vistoria efetuada com os técnicos da então Secretaria Regional do Mar Ciência e Tecnologia, foi possível confirmar, o seguinte:

- No local existem apenas terrenos, não existindo qualquer estrutura para proteger;
- Os estragos provocados pelo furacão não foram muito elevados, limitando-se ao derrube parcial de um muro.

Sem prejuízo do exposto, considera-se que qualquer intervenção que venha a ser equacionada, deverá ser precedida de estudo por parte do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), de modo a serem identificadas eventuais vulnerabilidades e avaliar-se da viabilidade de construir no local que, independentemente do reforço da proteção costeira, continuará exposto a situações extremas de mar.

4- Por princípio, o Governo dos Açores está sempre disponível para promover as intervenções que se considerem necessárias, tendo em vista a salvaguarda da segurança das populações e seus bens. As intervenções são hierarquizadas e executadas, considerando as prioridades de intervenção e as dotações financeiras disponíveis. Posto isso, é necessário apreciar a necessidade de se intervir no local e definir-se a amplitude da intervenção e custos associados. Acresce que, tendo tido o Governo dos Açores conhecimento de que a Junta de Freguesia pretende a execução do reforço da proteção costeira e, a intenção da Câmara Municipal da Horta em proceder à construção de estruturas, na zona adjacente, há que considerar o enquadramento legal da intervenção, pois tratando-se de uma obra municipal, nos termos do artigo 34.º da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, na redação atual, a responsabilidade de assegurar a segurança da construção através de proteção costeira, caberá à própria câmara municipal.

5- Caso venha a validar-se a pertinência da empreitada em apreço, deverá ser elaborado o respetivo projeto, que determinará o preço base da intervenção.



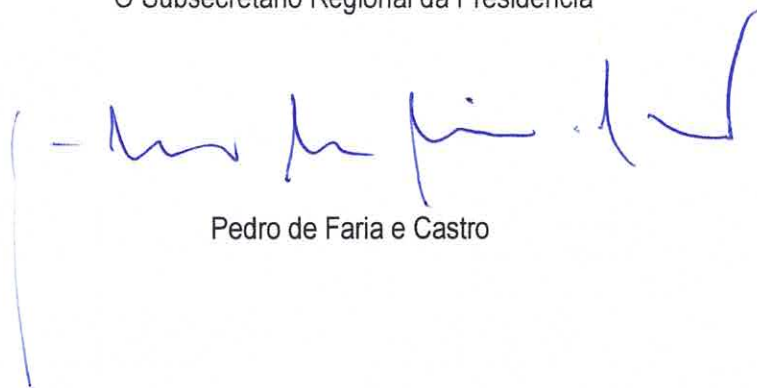
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Estando ainda em falta o mencionado estudo do LREC e o eventual subsequente projeto de execução, uma intervenção de reforço de proteção costeira do local poderá representar um custo aproximado de 150.000,00 €.

No caso de ser validada a intervenção no local pelo Governo dos Açores, uma possível fonte de financiamento poderá ser o novo quadro financeiro comunitário 2021-2027, ainda em processo de definição, sendo, portanto, extemporâneo dar uma data indicativa desta possível intervenção.

Com os melhores cumprimentos, *levar de consideração a situação pessoal.*

O Subsecretário Regional da Presidência



Pedro de Faria e Castro